

SUMÁRIO

1

NOÇÕES INICIAIS.....	25
1. Introdução	25
1.1 O Estado e as funções estatais.....	25
1.2 Governo e Administração Pública.....	26
1.3 Administração Pública.....	26
1.3.1 Conceito.....	26
1.3.2 Natureza e fim	28
2. Direito administrativo	29
2.1 Conceito.....	29
2.2 Fontes.....	29
3. Sistemas administrativos	32
4. Síntese do capítulo	32

2

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	35
1. Princípios expressos e implícitos da administração pública	35
2. Princípio da supremacia do interesse público.....	36
3. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	36
4. Princípio da legalidade	36
5. Princípio da impessoalidade.....	37

6. Princípio da moralidade.....	38
7. Princípio da publicidade	38
7.1 Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).....	39
7.2 LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018): tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....	41
8. Princípio da eficiência.....	44
8.1 Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital): princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência pública.....	44
9. Princípio da continuidade do serviço público	45
10. Princípio da autotutela	45
11. Princípio da tutela ou do controle.....	46
12. Princípio da especialidade	46
13. Princípio da presunção de legitimidade.....	46
14. Princípio do controle judicial dos atos administrativos.....	46
15. Princípio da segurança jurídica e princípio da proteção à confiança	47
16. Princípio da motivação	48
17. Princípio da razoabilidade.....	49
18. Princípio da hierarquia.....	50
19. Síntese do capítulo	50

3

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR.....	53
1. Introdução	53
2. Execução da atividade administrativa	54
2.1 Concentração e desconcentração. Centralização e descentralização	54
3. Administração direta	56
3.1 Órgão público	57
4. Administração indireta.....	60
4.1 Autarquia.....	63
4.2 Fundação Pública.....	65
4.3 Agência reguladora x Agência executiva	66
4.3.1 Agência reguladora	66
4.3.2 Agência Executiva	69
4.4 Empresa pública e sociedade de economia mista.....	70

4.5	Consórcio Público.....	75
5.	Terceiro setor.....	78
5.1	Organização da Sociedade Civil (OSC) e o marco regulatório do terceiro setor.....	78
5.2	Serviço social autônomo.....	83
5.3	Organização Social (OS).....	84
5.4	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	84
6.	Síntese do capítulo	85

4

PODERES ADMINISTRATIVOS 89

1.	Poderes administrativos	89
1.1	Introdução	89
1.2	Poder vinculado	89
1.3	Poder discricionário	90
1.4	Poder hierárquico.....	91
1.5	Poder disciplinar	91
1.6	Poder regulamentar	92
1.7	Poder de polícia	94
1.7.1	Conceito.....	94
1.7.2	Setores, manifestação, finalidade e fundamento.....	94
1.7.3	Polícia de segurança pública e polícia administrativa.....	95
1.7.4	Poder de polícia: sentido amplo e estrito; originário e delegado	96
1.7.5	Atributos ou características	97
1.7.6	Limites.....	98
2.	Abuso de poder	99
3.	Síntese do capítulo	100

5

ATO ADMINISTRATIVO 103

1.	Introdução e conceito	103
1.1	Ato da Administração	103
1.2	Conceito de ato administrativo	104

2. Elementos ou requisitos	104
2.1 Competência	105
2.2 Finalidade	105
2.3 Forma	106
2.4 Motivo	106
2.4.1 Teoria dos motivos determinantes	107
2.5 Objeto.....	108
3. Vinculação e discricionariedade	108
4. Atributos ou características do ato administrativo.....	109
5. Classificação	110
6. Espécies de atos administrativos.....	113
7. Extinção do ato administrativo.....	117
7.1 Revogação.....	117
7.2 Anulação.....	118
8. Convalidação	120
9. Síntese do capítulo	120

6

PROCESSO ADMINISTRATIVO	125
1. Introdução	125
2. Princípios do processo administrativo	126
3. Processo administrativo federal.....	127
3.1 Princípios expressos do processo administrativo federal.....	128
3.2 Direitos e deveres dos administrados.....	129
3.3 Legitimados para o processo.....	130
3.4 Competência	130
3.5 Impedimento e suspeição	132
3.6 Forma, tempo e lugar dos atos do processo	132
3.6.1 Forma	132
3.6.2 Tempo.....	133
3.6.3 Local	133
3.7 Comunicação dos atos do processo.....	133
3.8 Fases do processo.....	134
3.8.1 Início.....	134

3.8.2	Instrução	135
3.8.3	Decisão	137
3.8.4	Motivação.....	138
3.8.5	Desistência	139
3.8.6	Anulação, revogação e convalidação.....	139
3.8.7	Recurso.....	139
3.8.8	Revisão	141
4.	Síntese do capítulo	141

7

LICITAÇÃO	145
1. Introdução	145
2. Conceito e finalidades	145
3. Perfil constitucional	146
3.1 Competência legislativa.....	146
3.2 Exigência constitucional da realização de licitação	147
4. Lei 14.133/2021: a nova lei de licitações e contratos administrativos	148
4.1 Vigência	148
4.2 Aplicação	149
5. Princípios da licitação.....	150
5.1 Princípio da competitividade	151
5.2 Princípio da vinculação ao edital.....	151
5.3 Princípio da publicidade dos atos da licitação	151
5.4 Princípio da igualdade entre os licitantes.....	152
5.5 Princípio do julgamento objetivo.....	152
5.6 Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	152
5.7 Princípio do planejamento	152
5.8 Princípio da segregação de funções.....	153
5.9 Princípio da motivação	153
5.10 Princípio da segurança jurídica	153
5.11 Princípio da economicidade	153
5.12 Disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LIN-DB)	153
6. Contratação direta.....	154

6.1	Inexigibilidade	155
6.2	Dispensa.....	157
6.2.1	Licitação dispensável.....	157
6.2.1.1	Em razão do pequeno valor	157
6.2.1.2	Em razão do objeto	158
6.2.1.3	Em razão da pessoa.....	159
6.2.1.4	Em razão de situações excepcionais.....	160
6.3	Alienação de bens e licitação dispensada	162
7.	Objeto da licitação	163
7.1	Compras.....	164
7.2	Obras e serviços de engenharia	165
7.2.1	Regimes de execução indireta.....	165
7.3	Serviços em Geral	166
7.4	Locação de Imóveis	167
8.	Modalidades de licitação.....	167
8.1	Concorrência	168
8.2	Pregão	169
8.3	Diálogo competitivo	171
8.4	Concurso	173
8.5	Leilão	174
8.6	Modalidade x objeto	176
9.	Processo licitatório.....	176
9.1	Agentes públicos na Lei nº 14.133/2021	176
9.1.1	Autoridade máxima	177
9.1.2	Agente de contratação.....	177
9.1.3	Comissão de contratação	177
9.1.4	Vedações legais aplicáveis aos agentes públicos (art. 9º)	178
9.1.5	Defesa do agente público por órgão de advocacia pública (art. 10).....	178
9.2	Licitante	179
9.2.1	Vedações.....	179
9.2.2	Consórcio de empresas	180
9.2.3	Cooperativas	181
9.3	Fases do processo licitatório	181
9.4	Fase preparatória.....	182

9.4.1	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	182
9.4.2	Centrais de compras	183
9.4.3	Bens de qualidade comum e bens de luxo (art. 20)	183
9.4.4	Audiência pública e consulta pública (art. 21)	183
9.4.5	Matriz de alocação de riscos (art. 22)	183
9.4.6	Orçamento estimado (artigos 23 e 24).....	184
9.4.7	Edital (art. 25).....	185
9.5	Fase externa.....	186
9.5.1	Divulgação do edital de licitação	187
9.5.2	Apresentação de propostas e lances	187
9.5.2.1	Modo de disputa.....	188
9.5.3	Julgamento	189
9.5.3.1	Critérios de Julgamento.....	191
9.5.4	Habilitação	194
9.6	Impugnações, pedido de esclarecimentos e recursos	196
9.6.1	Impugnações e pedido de esclarecimentos ao edital.....	196
9.6.2	Fase recursal.....	196
9.6.2.1	Recurso	196
9.6.2.2	Pedido de reconsideração	198
9.7	Encerramento da licitação.....	199
10.	Procedimentos auxiliares	200
10.1	Credenciamento	200
10.2	Pré-qualificação	201
10.3	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	201
10.4	Sistema de registro de preços	202
10.5	Registro cadastral.....	204
11.	Síntese do capítulo	204

8

CONTRATO ADMINISTRATIVO	213
1. Introdução e conceito	213
1.1 Contratos da Administração.....	214
1.2 Conceito.....	214
2. Características	214
3. Formalização do contrato	216
3.1 Cláusulas necessárias.....	218

3.2	Meios de formalização do contrato administrativo	219
3.3	Divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas	220
4.	Garantias	220
4.1	Seguro-garantia	221
5.	Alocação de riscos	222
6.	Prerrogativas da administração	222
6.1	Alteração unilateral do contrato administrativo	223
6.2	Rescisão unilateral do contrato administrativo	223
6.3	Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	223
6.4	Restrições ao uso da cláusula de exceção do contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus)	224
6.5	Controle e fiscalização do contrato administrativo	224
6.6	Retomada do objeto	225
6.7	Aplicação de sanções	225
6.7.1	Processo de Responsabilização	229
6.7.2	Prescrição	229
6.7.3	Reabilitação	229
7.	Duração do contrato administrativo	230
8.	Execução do contrato	233
8.1	Responsabilidade	233
8.2	Subcontratação	235
9.	Alteração do contrato	236
10.	Extinção do contrato	237
10.1	Teoria da imprevisão	239
10.1.1	Força maior e caso fortuito	240
10.1.2	Fato do príncipe	240
10.1.3	Fato da Administração	240
10.1.4	Interferências imprevistas	241
11.	Recebimento do objeto	241
12.	Nulidade dos contratos	242
13.	Síntese do capítulo	242

9

SERVIÇOS PÚBLICOS	247
1. Conceito	247

2. Classificação	247
3. Regulamentação e controle	249
3.1 Princípios do serviço público	250
4. Competência para prestação do serviço público	251
5. Formas de prestação do serviço público.....	253
5.1 Concessão de serviço público.....	254
5.1.1 Direitos e obrigações dos usuários.....	254
5.1.2 Licitação e contrato de concessão	256
5.1.3 Responsabilidade e encargos da concessionária e do poder concedente	257
5.1.4 Intervenção.....	258
5.1.5 Extinção da concessão.....	259
5.1.6 Parceria Público-Privada (PPP)	261
5.2 Permissão de serviço público	262
5.3 Autorização de serviço público	263
6. Síntese do capítulo	263

10

BENS PÚBLICOS.....	267
1. Conceito	267
2. Classificação	267
3. Regime jurídico.....	269
3.1 Inalienabilidade	269
3.1.1 Afetação e desafetação.....	269
3.2 Impenhorabilidade.....	271
3.3 Imprescritibilidade	271
3.4 Não onerabilidade.....	272
4. Uso de bem público por particular.....	272
4.1 Instrumentos de formalização de uso privativo de bem público.....	272
5. Síntese do capítulo	273

11

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	275
1. Introdução	275

5.2.2	Remuneração mínima	310
5.2.3	Teto remuneratório	310
5.2.4	Irredutibilidade, incidência de acréscimos e vedação à equiparação e à vinculação.....	313
5.3	Acumulação de cargos, empregos e funções públicas	314
5.4	Direitos sociais do servidor público	316
5.4.1	Direito de greve	318
5.5	Estabilidade	319
5.6	Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): noções gerais.....	322
5.6.1	Aposentadoria	323
5.6.1.1	Espécies de aposentadoria.....	324
5.6.1.2	Pensão por morte	327
6.	Síntese do capítulo	327

13

LEI Nº 8.112/1990: REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS	331
1. Introdução	331
2. Disposições preliminares.....	331
3. Provimento, vacância, remoção e redistribuição	332
3.1 Provimento.....	332
3.1.1 Nomeação, posse e exercício	333
3.1.2 Estágio probatório	335
3.1.3 Formas de provimento derivado	336
3.2 Vacância.....	338
3.3 Remoção e redistribuição	339
4. Direitos e vantagens.....	339
4.1 Vencimento e remuneração.....	339
4.2 Vantagens.....	341
4.2.1 Indenizações	341
4.2.2 Gratificações e adicionais.....	343
4.3 Férias	345
4.4 Licenças e afastamentos	345
4.5 Concessões	349

4.6	Tempo de serviço.....	350
4.7	Direito de petição.....	351
5.	Regime disciplinar.....	352
5.1	Deveres e proibições.....	352
5.2	Acumulação.....	354
5.3	Responsabilidades.....	354
5.4	Penalidades.....	355
6.	Processo administrativo disciplinar.....	360
6.1	Sindicância.....	361
6.2	Processo administrativo disciplinar.....	363
6.2.1	Instauração.....	363
6.2.2	Inquérito administrativo.....	363
6.2.3	Julgamento.....	365
6.2.4	Rito sumário.....	366
6.2.5	Revisão do processo administrativo disciplinar.....	367
7.	Seguridade social.....	368
7.1	Benefícios.....	368
7.1.1	Pensão por morte.....	371
7.2	Assistência à saúde.....	372
8.	Síntese do capítulo.....	373

14

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	379
1. Conceito.....	379
2. Teorias.....	379
3. Responsabilidade civil do estado brasileiro.....	381
3.1 Responsabilidade por ação.....	381
3.1.1 Excludentes da responsabilidade objetiva.....	383
3.2 Responsabilidade por omissão.....	385
3.3 Responsabilidade por atos legislativos.....	387
3.4 Responsabilidade por atos judiciais.....	388
3.5 Reparação do dano e direito de regresso.....	388
4. Síntese do capítulo.....	390

15

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	393
1. Conceito.....	393
2. Tipos de controle.....	393
3. Controle administrativo.....	395
3.1 Recursos administrativos.....	395
4. Controle legislativo.....	396
4.1 Controle político.....	397
4.2 Controle financeiro.....	398
5. Controle judicial.....	403
5.1 Meios de controle.....	404
5.1.1 Habeas data.....	404
5.1.2 Mandado de segurança.....	405
5.1.3 Mandado de injunção.....	407
5.1.4 Ação popular.....	408
5.1.5 Ação civil pública.....	409
6. Síntese do capítulo.....	410

16

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/1992.....	413
1. Introdução e conceito.....	413
2. Lei Nº 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa).....	414
2.1 Disposições gerais.....	414
2.1.1 Ato de improbidade.....	414
2.2 Sujeito passivo.....	415
2.3 Sujeito ativo.....	416
2.4 Modalidades de atos de improbidade.....	417
2.4.1 Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito.....	417
2.4.2 Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário.....	418
2.4.3 Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública.....	421
2.5 Sanções.....	422
2.6 Declaração de bens.....	426
2.7 Procedimento administrativo.....	426

2.8	Ação judicial	427
2.8.1	Medidas cautelares	427
2.8.1.1	Afastamento do agente público.....	427
2.8.1.2	Indisponibilidade dos bens	427
2.8.2	Procedimento	429
2.8.3	Acordo de não persecução civil	430
2.8.4	Prescrição.....	432
3.	Síntese do capítulo	433
REFERÊNCIAS		439